Sul Global

Global South

Sur Global

Erica Kastrup
Regina Ungerer
Rychard L. Monteiro

Resumo: Entre abril e maio de 2026, o **UNOSSC** deu continuidade à divulgação de seu novo Marco Estratégico 2026–2029 do United Nations Office for South-South Cooperation posiciona a cooperação Sul-Sul e triangular como eixo central para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano reforça o papel do UNOSSC como articulador global de conhecimento, parcerias e financiamento, propondo a criação de uma Aliança Global voluntária para cooperação Sul-Sul e triangular. Já o **Brasil** ampliou sua atuação em cooperação Sul-Sul em saúde, agricultura e desenvolvimento social. Brasil e Cabo Verde firmaram projeto para fortalecer a regulação sanitária, farmacêutica e alimentar, com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Agência Brasileira de Cooperação. No Zimbábue, missão técnica do projeto "Cotton Zimbabwe" promoveu capacitação em extensão rural e uso de máquinas agrícolas no setor algodoeiro. Já uma delegação da Etiópia realizou intercâmbio no Brasil sobre financiamento ao desenvolvimento rural, inovação e gestão pública. Além disso, Brasil e Organização Internacional do Trabalho lançaram projeto regional para fortalecer políticas de cuidado, igualdade de gênero e proteção social em países do Sul Global. O **G-77 e China**, representados pelo Uruguai, apresentaram posições em várias consultas das Nações Unidas enfatizando solidariedade ao Sul global. Pediram resposta ambiciosa e operacional à elevação do nível do mar, priorizando adaptação, financiamento concessional e respeito a saberes tradicionais; defenderam a Cooperação Sul-Sul como complementar à Norte-Sul, pedindo financiamento previsível, transferência tecnológica e liderança dos Estados em BAPA+40; solicitaram que o "Elements Paper" da revisão da Nova Agenda Urbana priorize implementação, habitação e apoio a países vulneráveis; e, em matérias administrativas e financeiras, exigiram liquidação de pendências de missões de paz, pontualidade nas contribuições, transparência e reforço de capacidade operacional e comunicacional da ONU. Reiteraram disposição negociadora e foco em meios de implementação. O **Movimento dos Não Alinhados** ampliou sua atuação em diplomacia parlamentar, saúde global e soberania digital. A Rede Parlamentar do MNA fortaleceu cooperação interparlamentar ao firmar acordo com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo. Paralelamente, analistas do Sul Global propuseram um "MNA Digital" para enfrentar dependências tecnológicas e proteger dados de saúde, defendendo soberania em inteligência artificial e negociação coletiva com Big Techs. Na saúde global, o MNA articulou posições em defesa de um sistema obrigatório de repartição de benefícios no Tratado de Pandemias da Organização Mundial da Saúde, alinhando-se ao Grupo Africano e ao G77+China. A preparação para a 79ª Assembleia Mundial da Saúde deverá testar a capacidade do movimento de atuar de forma coordenada e influente. O **Centro Sul** destacou impasses nas negociações da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre proteção internacional

de conhecimentos tradicionais e expressões culturais. Países em desenvolvimento defenderam um instrumento juridicamente vinculante, enquanto países desenvolvidos bloquearam avanços. O Centro Sul também criticou a lentidão na implementação da Agenda de Desenvolvimento da OMPI e reforçou a necessidade de flexibilidades do Acordo TRIPS para alcançar os ODS. Entre as publicações recentes, destacam-se análises sobre a atuação histórica do Centro Sul em propriedade intelectual e desenvolvimento, parcerias farmacêuticas cubanas e o acordo comercial Reino Unido–Índia, com foco em patentes, saúde pública e preservação de espaço regulatório para políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não Alinhados; Centro Sul.

Abstract: *Between April and May 2026, the United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC) continued disseminating its new Strategic Framework 2026–2029, which positions South-South and triangular cooperation as a central pillar for accelerating the Sustainable Development Goals (SDGs). The plan reinforces UNOSSC's role as a global hub for knowledge-sharing, partnerships, and financing, while proposing the creation of a voluntary Global Alliance for South-South and triangular cooperation. Brazil also expanded its engagement in South-South cooperation in the fields of health, agriculture, and social development. Brazil and Cabo Verde signed a project to strengthen sanitary, pharmaceutical, and food regulation, supported by the National Health Surveillance Agency (ANVISA) and the Brazilian Cooperation Agency (ABC). In Zimbabwe, a technical mission under the "Cotton Zimbabwe" project promoted training in rural extension services and the use of agricultural machinery in the cotton sector. Meanwhile, an Ethiopian delegation visited Brazil for exchanges on rural development financing, innovation, and public management. In addition, Brazil and the International Labour Organization (ILO) launched a regional project aimed at strengthening care policies, gender equality, and social protection in Global South countries. The G77 and China, represented by Uruguay, presented positions in several United Nations consultations emphasizing solidarity with the Global South. They called for an ambitious and operational response to sea-level rise, prioritizing adaptation, concessional financing, and respect for traditional knowledge; defended South-South cooperation as complementary to North-South cooperation, calling for predictable financing, technology transfer, and state leadership in the BAPA+40 process; requested that the "Elements Paper" for the review of the New Urban Agenda prioritize implementation, housing, and support for vulnerable countries; and, on administrative and financial matters, demanded the settlement of peacekeeping arrears, timely payment of contributions, greater transparency, and strengthened UN operational and communication capacities. They reiterated their willingness to negotiate and their focus on means of implementation. The Non-Aligned Movement expanded its activities in parliamentary diplomacy, global health, and digital sovereignty. The NAM Parliamentary Network strengthened interparliamentary cooperation by signing an agreement with the Parliamentary Assembly of the Mediterranean. At the same time, Global South analysts proposed a "Digital NAM" to address technological dependencies and protect health data, advocating for sovereignty in artificial intelligence and collective negotiations with Big Tech companies. In global health, NAM coordinated positions in favor of a mandatory benefit-sharing system under the World Health Organization Pandemic Treaty, aligning with the African Group and the G77+China. Preparations for the 79th World Health Assembly are expected to test the movement's capacity to act in a coordinated and influential manner. The South Centre highlighted ongoing deadlocks in negotiations at the World Intellectual Property Organization regarding the international protection of traditional knowledge and cultural expressions.*

Developing countries advocated for a legally binding instrument, while developed countries continued to block progress. The South Centre also criticized the slow implementation of WIPO's Development Agenda and stressed the importance of TRIPS Agreement flexibilities to achieve the SDGs. Recent publications addressed the South Centre's historical role in intellectual property and development, Cuban pharmaceutical partnerships, and the UK–India trade agreement, with emphasis on patents, public health, and preserving regulatory space for development-oriented policies.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

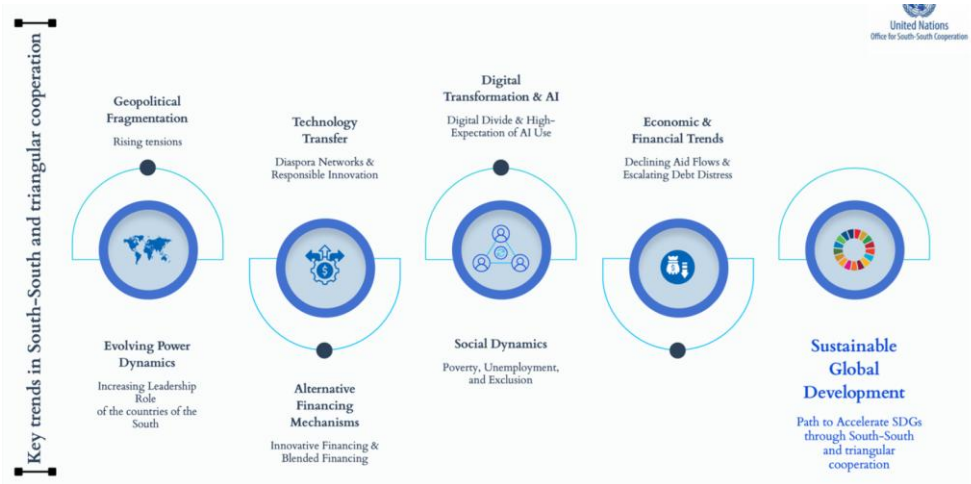
O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

5 de maio de 2026 — Consolidação do novo Marco Estratégico 2026–2029 do UNOSSC

O United Nations Office for South-South Cooperation continuou a difusão e implementação de seu novo Marco Estratégico 2026–2029, aprovado no âmbito do Conselho Executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS. O documento reforça a cooperação Sul-Sul e triangular como eixo central para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando inovação digital, financiamento catalítico, inteligência artificial e fortalecimento de alianças multilaterais entre países do Sul Global.

O novo marco também amplia o papel do UNOSSC como articulador de conhecimento, financiamento e parcerias internacionais, incluindo a criação de uma Aliança Global voluntária para cooperação Sul-Sul e triangular. O escritório enfatizou a necessidade de fortalecer a liderança dos países do Sul na formulação de soluções de desenvolvimento.



29 de abril — Lançamento e início do "Joint Certificate Training Programme 2026" — UNDRR/UNOSSC/PAHO/UNTB

A edição de 2026 do **Programa Conjunto de Certificação**, coorganizada pelo UNOSSC, UNDRR, OPAS e o Banco de Tecnologia da ONU, foca no uso de inovações tecnológicas e da Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) para fortalecer a resiliência urbana e a preparação para emergências de saúde. O treinamento busca capacitar gestores e planejadores urbanos a utilizarem ferramentas práticas e evidências científicas no enfrentamento de riscos sistêmicos e crises sanitárias em cidades de todo o mundo.

Esta iniciativa integra uma plataforma multilateral consolidada que, desde 2020, já capacitou mais de 17.500 pessoas em 155 países e territórios. O programa está estrategicamente alinhado ao Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e ao documento final da BAPA+40, reforçando o papel essencial das autoridades locais e da cooperação técnica entre os países do Sul Global para a construção de sociedades mais sustentáveis e seguras.

O enquadramento técnico do curso responde à vulnerabilidade crescente dos centros urbanos diante de riscos interconectados, como o calor extremo e desastres climáticos. Ao enfatizar a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e a inteligência geoespacial, o UNOSSC promove a proteção dos ganhos de desenvolvimento, facilitando a adaptação de soluções tecnológicas aos contextos locais e garantindo que o planejamento urbano seja informado por dados e focado na inclusão.

Por fim, o programa dedica especial atenção aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), visando superar barreiras de acesso tecnológico e institucional. Através do uso de ferramentas como o "Placar de Resiliência a Desastres para Cidades", o treinamento fomenta a transferência de tecnologia e o codesenvolvimento de soluções, permitindo que as inovações sejam institucionalizadas e escaladas para enfrentar os desafios da urbanização acelerada e das emergências globais.

Para saber mais, clique aqui.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

27 de abril — Brasil e Cabo Verde firmam projeto para fortalecer regulação nos setores farmacêutico, alimentar e da saúde



Brasil e Cabo Verde assinaram um projeto de cooperação técnica voltado ao fortalecimento da regulação nos setores farmacêutico, alimentar e da saúde, com participação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de Cabo Verde e da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS). A iniciativa busca fortalecer capacidades institucionais, compartilhar experiências regulatórias e apoiar a consolidação da

ERIS como órgão regulador, contribuindo para maior segurança sanitária e aprimoramento da gestão regulatória cabo-verdiana.

O projeto prevê ações de capacitação, assistência técnica, intercâmbio de experiências e apoio à formulação de instrumentos regulatórios nas áreas de alimentos, medicamentos e saúde. Durante a assinatura, representantes dos dois países destacaram que a cooperação regulatória fortalece a integração bilateral, reduz barreiras sanitárias e amplia a convergência institucional. O acordo, formalizado durante visita do chanceler cabo-verdiano ao Brasil em fevereiro de 2026, reforça a parceria histórica entre os dois países e o papel da cooperação Sul-Sul no fortalecimento de sistemas públicos de saúde e regulação.

5 de maio — Brasil fortalece capacidades agrícolas no Zimbábue com missão técnica no setor algodoeiro



O Brasil realizou uma missão técnica no Zimbábue no âmbito do projeto "Cotton Zimbabwe", coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), com foco no fortalecimento da assistência técnica e da extensão rural no setor algodoeiro. A iniciativa buscou capacitar agricultores e extensionistas no uso e na manutenção de máquinas agrícolas fornecidas pelo projeto em 2023, contribuindo para o aumento da eficiência produtiva e para o fortalecimento das capacidades locais.

Especialistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais compartilharam experiências brasileiras sobre operação e manutenção de equipamentos em cooperativas, adaptando metodologias à realidade zimbabuana. A missão contou ainda com a participação do Instituto de Pesquisa do Algodão e do Ministério da Agricultura do Zimbábue, incluindo treinamentos técnicos e atividades práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável da produção agrícola e ao fortalecimento institucional no país.

4 de maio — Missão etíope no Brasil promove intercâmbio sobre financiamento para o desenvolvimento rural



Uma delegação da Etiópia realizou missão técnica no Brasil, entre 4 e 8 de maio, no âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola. A iniciativa teve como foco o intercâmbio de experiências em financiamento ao desenvolvimento, inovação e planejamento governamental voltado ao meio rural, reunindo representantes do Banco de Desenvolvimento da Etiópia e do FIDA.

A programação incluiu reuniões com instituições brasileiras como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), FINEP, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, CAIXA e a ABC, abordando temas como financiamento rural, transformação digital, gestão de riscos, habitação social e cooperação internacional. A missão também discutiu oportunidades de projetos conjuntos em agricultura, micro e pequenas empresas e finanças verdes, reforçando a atuação brasileira na promoção do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento de capacidades no Sul Global.

29 de maio — Brasil e OIT fortalecem a cooperação Sul–Sul na economia do cuidado



O governo do Brasil e o escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho lançaram um novo projeto de cooperação Sul-Sul voltado ao fortalecimento de políticas de cuidado em países do Sul Global. Desenvolvida no âmbito do programa "Justiça Social para o Sul Global", a iniciativa busca promover o intercâmbio de conhecimentos e apoiar a formulação de políticas públicas que ampliem o direito ao cuidado, fortaleçam a proteção social, promovam a igualdade de gênero e incentivem o trabalho decente. O projeto foi lançado em Brasília com participação da OIT, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Intitulado "Políticas de Cuidado na América Latina: Cooperação Sul–Sul", o projeto conectará o Brasil a países da América Latina e Caribe que enfrentam desafios comuns, como envelhecimento populacional, informalidade e desigualdade na distribuição do trabalho de cuidado não remunerado. A iniciativa prevê diálogos sobre políticas públicas, missões técnicas, oficinas regionais e intercâmbio de experiências, tendo como referência os avanços brasileiros na Política Nacional de Cuidados. O objetivo é apoiar o fortalecimento de marcos legais, mecanismos de governança e modelos de financiamento para políticas de cuidado.

Estruturado em quatro pilares — adesão de países parceiros, implementação de projetos nacionais, promoção de encontros regionais e sistematização de experiências —, o projeto será executado entre 2026 e 2027 e deverá produzir ferramentas e orientações adaptáveis a outros países do Sul Global. A iniciativa reforça a estratégia da OIT de promover cooperação Sul-Sul e trilateral como instrumento para impulsionar inovação social, proteção social e justiça no mundo do trabalho, consolidando a parceria histórica Brasil–OIT na promoção do desenvolvimento sustentável e da Agenda do Trabalho Decente.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com

escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

7 de maio — Declaração feita pela delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China, nas consultas informais sobre a Declaração Política da ONU de 2026 sobre a elevação do nível do mar

O Grupo agradeceu o trabalho dos cofacilitadores e reiterou seu compromisso com o processo iniciado na Reunião de Alto Nível de setembro de 2024, buscando um resultado ambicioso e operacional que responda aos riscos impostos pela subida do nível do mar.

O cerne da intervenção da foi a ênfase de que a elevação do nível do mar afeta de forma desproporcional países em desenvolvimento, em especial os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e comunidades costeiras. Por isso o G-77 pede maior cooperação internacional para mitigação e, sobretudo, para adaptação, com atenção à ciência disponível e aos saberes tradicionais — incluindo o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas quando seu conhecimento for usado.

O Grupo sublinha a necessidade de alinhar a declaração com instrumentos jurídicos e políticos existentes, notadamente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris, lembrando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (artigo 2.2 do Acordo de Paris). Nesse sentido, o G-77 exige aumento substancial do apoio financeiro para adaptação: propõe ao menos dobrar recursos destinados à adaptação e garantir que o financiamento seja concessional, adicional, previsível, oportuno e acessível, com menos barreiras e maior possibilidade de acesso direto pelos países beneficiários.

Por fim, a declaração pede rapidez e ambição na formulação da declaração política, vinculando compromissos a meios concretos de implementação. Conclui reafirmando a disposição do G-77 e da China em entrar em detalhes nas negociações e em trabalhar para que a declaração resulte em medidas reais que fortaleçam resiliência, protejam comunidades costeiras e assegurem suporte financeiro e técnico adequado às nações mais vulneráveis.

6 de maio — Declaração da delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China, na reunião do Bureau Ampliado do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul

O Grupo colocou a Cooperação Sul-Sul como pilar fundamental da cooperação internacional, baseado em princípios claros — propriedade nacional, soberania,

---

[1] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU.
[2] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[3] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
[4] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[5] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
[6] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento.

não-condicionalidade, igualdade, não-interferência e benefício mútuo — e destacou que essa modalidade complementa, mas não substitui, a cooperação Norte-Sul e os compromissos de países desenvolvidos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA).

No desenvolvimento do seu posicionamento, o G-77 sublinhou que a revisão BAPA+40 (o processo que celebra e avalia os 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires sobre Cooperação Sul-Sul) deve ser conduzida de forma prospectiva, inclusiva, transparente e liderada pelos Estados-Membros, garantindo participação substantiva dos países em desenvolvimento. O Grupo pediu que o processo fortaleça o espaço político e operativo da Cooperação Sul-Sul e da cooperação triangular (parcerias entre países do Sul, entre Sul e Norte e instituições), sem que mecanismos de revisão diluam seus princípios fundamentais.

O Grupo enfatizou meios de implementação concretos: financiamento previsível e acessível, transferência de tecnologia, capacitação e apoio institucional. Reconheceu o papel de mecanismos e fundos já existentes no Sul — como o IBSA Fund (Fundo Índia-Brasil-África do Sul), o India-UN Development Partnership Fund, o Perez-Guerrero Trust Fund (PGTF) e a China-UN Global South-South Development Facility — como contribuições relevantes, mas insistiu que essas iniciativas não eximam os países desenvolvidos de cumprir suas obrigações de ODA. Ademais, pediu maior reporte e aperfeiçoamento na coleta de dados sobre Cooperação Sul-Sul (em referência à estrutura voluntária de mensuração organizada pela UNCTAD[7]) e reforço das capacidades nacionais de monitoramento e digitalização para avaliar impacto.

O G-77 também destacou prioridades temáticas que a Cooperação Sul-Sul deve enfrentar: apoio à adaptação climática e resiliência (alinhado ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas), redução da lacuna digital por meio de transferência de tecnologia inclusiva e fortalecimento do uso de dados para políticas públicas. Quanto ao papel das Nações Unidas, o Grupo pediu reforço do United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC), tanto em sua função estratégica quanto operacional, com financiamento adequado, previsível e alinhado ao seu Quadro Estratégico 2026-2029, para que o sistema ONU apoie efetivamente iniciativas lideradas pelo Sul.

Em conclusão, a posição do G-77 e da China é de compromisso construtivo: querem que a revisão BAPA+40 fortaleça a Cooperação Sul-Sul como instrumento de solidariedade, voz e agência do Sul global, com meios reais para implementação e participação plena dos países em desenvolvimento. O objetivo é que a revisão não seja meramente avaliativa, mas resulte em medidas concretas que ampliem financiamento, tecnologia, capacitação e coordenação institucional para transformar resultados em desenvolvimento no Sul.

6 de maio — Declaração feita pela delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China, na consulta informal sobre o "Elements Paper" para a Declaração Política da revisão de meio termo da Nova Agenda Urbana

[7] A iniciativa tem por objetivo facilitar a comparação, a transparência e a análise das atividades de cooperação entre países em desenvolvimento — incluindo fluxos financeiros, assistência técnica, capacitação, transferência de tecnologia e cooperação triangular — por meio de definições comuns, categorias de dados e orientações metodológicas. A adesão é voluntária: países e provedores de cooperação são incentivados a reportar informações segundo a estrutura para melhorar o desenho de políticas, monitorar impactos e apoiar a prestação de contas, sem criar obrigações legais. Para maiores detalhes e orientações técnicas, consultar os materiais e guias publicados pela UNCTAD sobre o tema.

O Elements Paper é um documento de trabalho que reúne elementos propostos para a Declaração Política da revisão de meio termo da Nova Agenda Urbana[8]. Foi elaborado para consolidar contribuições escritas e servir de base ao "zero draft" — um rascunho inicial que guiará as negociações. Trata-se, portanto, de um ponto de partida técnico-político, não de um texto final; sua função é organizar temas e opções para que os Estados-Membros discutam e decidam o conteúdo da declaração política.

O G-77 e a China reconhecem e apoiam os elementos já incluídos no documento, como a reafirmação da Nova Agenda Urbana como quadro global, a ênfase em lacunas de implementação e a inclusão de temas centrais — habitação, serviços básicos, água, infraestrutura, resiliência e apoio ao UN-Habitat. Esse apoio indica disposição para negociar, desde que o draft zero mantenha foco em ação concreta e na implementação, sem reinventar compromissos já acordados.

O Grupo exige que o texto reflita com mais clareza as prioridades dos países em desenvolvimento: erradicação da pobreza e da fome como prioridades transversais; habitação adequada, acessível e serviços universais; e atenção às especificidades de países africanos, países menos desenvolvidos (PMD), sem litoral, ilhas pequenas, países de renda média e territórios afetados por conflitos ou desastres. Insiste também em proteger a linguagem intergovernamental acordada (por exemplo, princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) em 1992) para evitar imposições desproporcionais a países em desenvolvimento.

O G-77 igualmente ressalta meios de implementação como pilar central: financiamento previsível e acessível (incluindo ODA), capacitação, transferência tecnológica e cooperação internacional são essenciais para que compromissos se traduzam em resultados. Pede ainda equilíbrio no reconhecimento do papel de governos locais, respeito à propriedade nacional sobre políticas e alerta contra termos não consensuais (como certas fórmulas "green/blue economy") e referências prematuras a processos futuros ("Beyond 2030").

Em conclusão, a posição do G-77 e da China combina abertura negociadora com firme defesa das prioridades e vulnerabilidades dos países em desenvolvimento: querem uma Declaração Política concisa, orientada para implementação, ancorada na Nova Agenda Urbana e respaldada por meios reais para sua execução, preservando, ao mesmo tempo, a autoridade e a linguagem intergovernamental já acordada.

4 de maio de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China sobre o ponto 148 da agenda — aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz: posição financeira atualizada das missões encerradas (situação em 30/06/2025)

O relatório cobre a situação financeira de 33 missões de paz encerradas até 30/06/2025, incluindo a operação conjunta UN–União Africana em Darfur, Sudão (UNAMID). Destas, 14 missões encerradas apresentavam déficit total de US$ 227,4 milhões, em grande parte devido à inclusão da UNAMID, deficitária em de US$ 73,8 milhões, um quadro que impede o pagamento

[8] A Nova Agenda Urbana é um acordo global adotado na Conferência Habitat III (Quito, 2016) que estabelece princípios e diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável.

de obrigações imediatas e atrasam liquidações, criando passivos acumulados e pressão sobre a credibilidade financeira da ONU.

É importante notar que os países que fornecem pessoal para as missões de paz costumam ser de renda média/baixa e sofrem financeiramente quando reembolsos atrasam, por isso o apelo firme do G-77. Ao mesmo tempo, 9 missões encerradas registraram excedentes líquidos de caixa de US$ 8,7 milhões (houve um aumento em relação a 2024), mas a Assembleia Geral ainda não decidiu sobre o relatório anterior nem sobre a proposta de mecanismo automático para devolução de excedentes e tratamento de passivos. o G-77 insiste que qualquer solução preserve a autoridade da Assembleia.

Em linhas gerais, o G-77 e a China pedem liquidação prioritária das pendências, especialmente reembolsos a países contribuintes de tropas; querem transparência contínua sobre a liquidação (inclusive da UNAMID) e soluções que equilibrem previsibilidade financeira com a autoridade da Assembleia Geral. Em termos práticos, se os passivos não forem resolvidos rapidamente, persistirão riscos operacionais (fornecimento, pagamentos a fornecedores, reputação da ONU) e impactos diretos sobre países que já suportaram custos ao contribuir com pessoal.

4 de maio de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos da segunda parte da retomada da 80.ª sessão da Quinta Comissão

A intervenção expressou apreço à Presidência, à Mesa e à Secretaria pelo trabalho de preparação do programa e dos documentos, e reconheceu a contribuição do Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias, sublinhando a importância da apresentação oportuna de relatórios em todas as línguas oficiais.

Dado o foco da sessão nos aspetos administrativos e orçamentários das operações de manutenção da paz, o Grupo reiterou sua profunda gratidão aos homens e mulheres, militares e civis, que servem sob a bandeira das Nações Unidas, homenageou os que perderam a vida — em particular os seis membros da Força Interina das Nações Unidas no Líbano mortos recentemente — e exigiu que a segurança e proteção do pessoal e da infraestrutura das Nações Unidas sejam respeitadas, com investigações rápidas, transparentes e responsabilização dos autores dos ataques.

O Grupo indicou que examinará com atenção a agenda da Comissão, incluindo questões transversais, a conta de apoio às operações, o Centro Regional de Serviços em Entebbe, a Base Logística das Nações Unidas, missões encerradas, o relatório do Conselho de Auditores e reembolsos aos países contribuintes de tropas e polícia, enfatizando a necessidade de pagamentos pontuais para evitar que países em desenvolvimento subsidiem operações. Manifestou preocupação com atrasos na emissão de documentação e respostas aos Estados-Membros, pedindo tempo suficiente para apreciação cuidadosa de propostas com implicações significativas para a governação financeira e as prerrogativas da Assembleia Geral.

Reiterou ainda a séria preocupação com os atrasos nos pagamentos do maior contribuinte individual e apelou a todos os Estados-Membros para que honrem integralmente e pontualmente suas obrigações financeiras; defendeu medidas que facilitem o pagamento das contribuições obrigatórias sem prejudicar supervisão intergovernamental ou a execução dos programas. Finalmente, pediu alocações de tempo realistas para permitir negociações

significativas e comprometeu-se a colaborar de forma construtiva e flexível para que a Quinta Comissão conclua com sucesso seus trabalhos.

4 de maio de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o ponto 136 da agenda — relatórios financeiros e demonstrações financeiras auditadas, e relatórios do Conselho de Auditores sobre as operações de manutenção da paz — durante a segunda parte da retomada da 80.ª sessão da Quinta Comissão

Em linhas gerais, a manifestação reconheceu o valor das auditorias e recomendações, mas pressionou por ação concreta, responsabilização e proteção dos mandatos das missões. O foco está na sustentabilidade financeira, transparência e na necessidade de medidas que não penalizem as operações no terreno.

Uma preocupação prática foi destacada: a crise de liquidez das operações de paz, agravada por um único grande país devedor (responsável por ~75% dos atrasos), coloca em risco pagamentos, compras, logística e segurança das missões. Para o G77, isso não é só contabilidade, já que atrasos financeiros se traduzem em riscos reais para pessoal e para continuidade de operações. O Grupo fez um apelo pelo cumprimento pontual e incondicional das contribuições — uma demanda recorrente dos países contribuintes de tropas (majoritariamente em desenvolvimento) que acabam subsidiando as missões quando os pagamentos atrasam.

O Grupo destacou também progressos na implementação das recomendações do Conselho, mas solicitou esforços intensificados da Secretaria para tratar causas estruturais de problemas recorrentes e estabelecer mecanismos robustos de responsabilização por atrasos injustificados. Apontou áreas que exigem melhorias adicionais, incluindo deficiências na gestão de combustível, pedindo reforço da responsabilização e informações sobre medidas de mitigação; preocupações com transferências de ativos e ordens de compra durante a liquidação da MINUSMA (no Mali), apoiando a elaboração de diretrizes para realocação de ordens de compra e maior controle sobre ativos transferidos; e a necessidade de atualização periódica das taxas de custo de imobilizado e estoques para uma contabilização mais precisa. Também referiu recomendações ligadas a programas de desarmamento, desmobilização e reintegração, sublinhando a necessidade de definições claras, melhor recolha de dados, monitorização orientada a resultados e gestão reforçada de armas e munições.

Finalmente, o Grupo afirmou que, no contexto da Iniciativa UN80 e dos esforços de eficiência e responsabilização, as conclusões do Conselho devem ser plenamente implementadas acompanhadas de controles internos sólidos, gestão de riscos e de recursos financeiros e humanos, sem comprometer a capacidade das operações de manutenção da paz de cumprir seus mandatos com segurança e eficácia. Reafirmou sua disposição de participar construtivamente nas consultas informais para garantir a implementação das recomendações, reforçar a disciplina financeira e apoiar o cumprimento eficaz dos mandatos de manutenção da paz.

29 de abril de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informal plenária da Assembleia Geral para ouvir atualização sobre a Iniciativa UN80

UN80 é a iniciativa das Nações Unidas lançada para marcar o 80º aniversário da Organização e promover um processo de reflexão e reforma sobre o seu papel e funcionamento futuros, cujos objetivos principais são: revisar e propor reformas institucionais para tornar o sistema ONU mais eficaz, coerente e condizente com seus objetivos; reforçar o multilateralismo e a capacidade da ONU de entregar resultados concretos aos Estados-Membros e às populações e promover consultas amplas com governos, sociedade civil, setor privado e especialistas, e produzir recomendações concretas através de vários grupos de trabalho e pacotes temáticos.

A intervenção do G-77 na reunião sobre a iniciativa refletiu uma posição cautelosa e exigente. De início, o grupo o grupo agradeceu as informações prestadas por altos funcionários da ONU e solicitou que materiais, apresentações e análises detalhadas sejam disponibilizados previamente para permitir trocas mais substanciais. Enfatizou que qualquer proposta deve ser avaliada com base em dados, análises de custo-benefício, avaliações de risco e medidas de mitigação, não deve diluir mandatos de desenvolvimento e deve reforçar a implementação em campo.

Especificamente, o grupo salientou a necessidade de tempo e informação adequada para avaliar plenamente as propostas da Linha de Trabalho 3, composta por 25 pacotes de trabalho, e seus potenciais impactos institucionais e nacionais. Esta linha de trabalho se refere à reconfiguração institucional e operacional do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas.

Sobre o pacote 6 (Reconfiguração Regional), o Grupo tomou nota do objetivo de fortalecer a resposta às necessidades dos países anfitriões, mas pediu esclarecimentos sobre os efeitos nas presenças em campo, a interação com outros pacotes (como a reconfiguração da equipe no país) e os recursos humanos necessários, reafirmando que os Marcos Nacionais de Cooperação e os Documentos de Programa de País devem guiar o trabalho nacional. Saudou o pacote 7 (Centros Conjuntos de Conhecimento) e os centros-piloto, aguardando os planos de implementação, e tomou nota do progresso do pacote 13 (Iniciativa de Plataforma Partilhada), esperando atualização detalhada no Segmento de Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do ECOSOC. O Grupo pediu maior envolvimento dos Estados-Membros no desenvolvimento e avaliação das propostas — especialmente quanto a custos, governança e impacto na prestação de serviços — e insistiu na importância de evitar interrupções no apoio operacional.

Por fim, reafirmou seu compromisso de participar de forma ativa, construtiva, transparente e inclusiva nas discussões, com o objetivo de garantir um sistema das Nações Unidas mais eficaz, eficiente, equitativo e representativo, que fortaleça o multilateralismo e produza resultados concretos para todos.

27 de abril de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a sessão do Comitê de Informação Pública das Nações Unidas

A declaração refletiu um tom de apoio institucional, mas também de cautela e cobrança firme quanto ao fortalecimento do mandato de comunicação da ONU. O Grupo sublinhou que transformar compromissos em resultados exige vontade política contínua e implementação

efetiva das medidas de comunicação recomendadas pela Direção-Geral de Comunicações Globais (DGC).

As manifestações do G-77 ressaltaram o papel crucial da DGC e dos Centros de Informação das Nações Unidas (UNICs) na tradução de mandatos globais para contextos locais, demonstrando preocupação com a persistente lacuna informativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Defenderam o multilinguismo como princípio de equidade, pedindo disseminação em todas as seis línguas oficiais e expansão digital em línguas não oficiais quando possível. Encorajaram também mecanismos de financiamento inovadores e contribuições voluntárias para fortalecer esses esforços.

Além disso, alertaram para os riscos da proliferação de desinformação, informações falsas e discurso de ódio, requerendo ações da DGC para garantir conteúdo factual, imparcial e confiável. O Grupo destacou a prioridade das comunicações sobre a questão da Palestina, clamando por ampliação da conscientização em conformidade com o direito internacional e as resoluções da ONU. Reafirmaram ainda a condenação a ataques contra jornalistas e infraestrutura de comunicações civis, sublinhando a proteção da liberdade de informação.

Encerraram reiterando que informação precisa e acessível é condição essencial para avanços em paz, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, e declararam disposição para participar construtiva e consensualmente nas deliberações do Comitê

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

7 de maio – Assinatura de Memorando entre a NAM PN e a PAM.



A expansão da Rede Parlamentar do Movimento dos Não Alinhados (NAM PN) em Montenegro marca a institucionalização da diplomacia parlamentar para o Sul Global. A rede busca converter resoluções do MNA em ações legislativas nacionais coordenadas. Em Budva, a presidente da NAM PN, Sahiba Gafarova (também presidente do Parlamento do Azerbaijão), assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (PAM), representada por Giulio Centemero, durante a primeira Cimeira de Presidentes de Parlamento da PAM.

Essa expansão cria um quadro de cooperação interparlamentar, conectando os 121 Estados-membros do MNA (quase dois terços dos países) com o Mediterrâneo, Golfo e Cáucaso Sul. O Parlamento Árabe recebeu o status de observador junto à PAM, ampliando a influência do bloco em segurança e desenvolvimento. Gafarova defendeu que a diplomacia parlamentar deve ser uma plataforma construtiva de cooperação, atuando como um mecanismo *bottom-up* para garantir a paz e segurança regional, mesmo com divergências executivas.

A rede atua como braço operacional para implementar metas globais. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, destacou que os parlamentares são importantes para traduzir compromissos internacionais (como o Pacto para o Futuro e os ODS) em leis e orçamentos nacionais. A NAM PN reafirmou compromissos de sua 5.ª Conferência (Istambul, abril de 2026) sobre o papel dos parlamentos na urbanização resiliente ao clima, um determinante social da saúde.

4 de maio – Proposta estratégica para enfrentar a Guerra Fria Digital e proteger dados de saúde.

Analistas e diplomatas do Sul Global lançaram a proposta de criação de um MNA Digital (Digital NAM). A iniciativa baseia-se na constatação de que a próxima "guerra fria" não será travada apenas com mísseis, mas com o controle de infraestruturas de inteligência artificial (IA), nuvem e dados populacionais.

A análise aponta que, enquanto muitos países permanecem politicamente não alinhados, eles estão se tornando tecnologicamente dependentes de ecossistemas únicos (Americano ou Chinês). No setor da saúde, essa dependência é particularmente perigosa. O conceito de Extração 2.0 descreve como dados genômicos e padrões de doenças no Sul Global são coletados para alimentar pipelines farmacêuticos no Norte, sem que haja transferência de benefícios ou proteção da privacidade soberana.

A proposta do Digital NAM sugere três pilares de ação para os Estados do movimento:

- **Mapeamento de Vulnerabilidades Digitais:** identificar quais sistemas de saúde dependem de provedores estrangeiros que podem sofrer sanções ou bloqueios unilaterais;
- **Negociação Coletiva com Big Tech:** utilizar o peso conjunto do bloco para exigir padrões de auditoria e interoperabilidade que permitam aos países do Sul gerir seus próprios modelos de IA;
- **Soberania de IA em Saúde:** fomentar o desenvolvimento de modelos de IA que reflitam as especificidades linguísticas, culturais e epidemiológicas das nações do MNA.

Esta atualização direciona à transição da soberania territorial para a soberania de dados. O futuro da saúde digital do MNA dependerá da capacidade de decidir como, quando e sob quais termos os modelos tecnológicos entrarão em suas sociedades.

1.º de maio – MNA na linha de frente da disputa por equidade no Tratado de Pandemias

A sessão retomada da 6.ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Tratado de Pandemias da OMS, realizada em Genebra entre 27 de abril e 1º de maio de 2026, encerrou-se sem consenso sobre o anexo do Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS); peça central do tratado adotado em 2025 e objeto de uma das mais relevantes batalhas diplomáticas do Sul Global no campo da saúde global. A OMS anunciou que o resultado parcial será apresentado à 79.ª Assembleia Mundial da Saúde (18-23 de maio de

2026), com proposta de prorrogação dos trabalhos até maio de 2027 ou, alternativamente, uma sessão especial da AMS ainda em 2026



A análise do desfecho elucida uma fratura previsível entre o eixo de países desenvolvidos (União Europeia, Reino Unido e aliados) e o bloco de aproximadamente 100 países de baixa e média renda, no qual o MNA opera como articulador junto ao Grupo Africano e ao G77+China. O Grupo Africano — coordenado pela embaixadora Ever Mlilo, do Zimbábue (a mesma que protagonizou a Conferência de Sanções de Genebra) — havia consolidado, em *workshop* estratégico em 28 de abril, posição unificada exigindo que o PABS produza "resultados tangíveis e equitativos" para a soberania sanitária do continente. A insistência por compartilhamento obrigatório de benefícios (vacinas, terapêuticos, diagnósticos) em troca do compartilhamento de patógenos é a tradução técnica da agenda histórica do MNA por flexibilização do Acordo TRIPS.

O adiamento expõe uma assimetria estrutural: enquanto as negociações se prolongam, sucessivos acordos bilaterais farmacêuticos dos EUA com países em desenvolvimento erodem o espaço para um arranjo multilateral robusto. A próxima reunião do IGWG ocorrerá em 6-17 de julho de 2026.

28 de abril – Expectativas do MNA para a 79.ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS).



A OMS confirmou em 28 de abril de 2026 a abertura formal da 79.ª AMS, que se realizará em Genebra de 18 a 23 de maio. Para o MNA, o encontro é particularmente sensível: na 78ª AMS (2025), a Ministra de Saúde de Uganda havia chefiado a reunião dos Ministros de Saúde do MNA, com participação do diretor-geral da OMS e do diretor executivo do Centro Sul articulando a defesa do tratado de pandemias e do PABS. Em 2026, a expectativa é que esse fórum paralelo funcione como instância política de coordenação para confrontar a paralisia do IGWG6.

Cinco frentes deverão estruturar a atuação do MNA na 79.ª AMS, todas conectadas a temas já acompanhados em edições anteriores de nossos Cadernos:

- a defesa de um sistema PABS robusto e de cumprimento obrigatório, alinhado às propostas do Grupo Africano;
- o financiamento sustentável da OMS após a saída dos EUA da organização;
- a reforma da arquitetura de saúde global, ponto central da agenda francesa do Conselho Executivo de fevereiro de 2026;
- a Agenda de Imunização 2030, em meio termo de avaliação após cinco anos, e;
- a articulação entre saúde e clima, especialmente diante dos resultados frágeis da COP30 em Belém.

Para o Sul Global, a Conferência incorpora ainda uma quinta dimensão crítica: a denúncia das consequências sanitárias das sanções unilaterais (em Cuba, Venezuela e Irã) que paralisam hospitais, bloqueiam cadeias farmacêuticas e violam o direito ao desenvolvimento.

Por fim, há indícios de que a 79.ª AMS poderá ser um momento de verdade para o MNA: ou o Movimento consegue articular uma posição unitária e propositiva, particularmente em torno do PABS e da soberania sanitária, ou continuará a operar como soma de declarações individuais (cubanas, iranianas, venezuelanas, ugandesas) sem capacidade vinculante. A presidência ugandesa, que se estende até 2027, terá no encontro de Genebra seu teste mais visível em diplomacia da saúde global.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS. Também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho.

O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

7 de maio — Os países desenvolvidos continuam a bloquear o progresso rumo a um instrumento internacional sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Ningxiner Li



A 52.ª sessão do Comitê Intergovernamental (IGC) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), realizada em Genebra entre os dias 4 e 13 de março de 2026, foi a primeira sessão sob o mandato renovado 2026–2027, aprovado pela Assembleia Geral da OMPI em julho de 2025. A presidência ficou a cargo da Nova Zelândia, com vice-presidências do Chile e da Arábia Saudita.

O IGC é o fórum multilateral responsável por negociar normas internacionais de proteção ao Conhecimento Tradicional (CT), os saberes ancestrais de povos indígenas e comunidades locais, e às Expressões Culturais Tradicionais (ECTs), como músicas, danças e artesanatos. A sessão teve como eixos principais as negociações textuais sobre CT e ECTs, as

discussões sobre Recursos Genéticos (RGs) e uma proposta norte-americana de levantamento sobre sistemas nacionais.

As negociações sobre CT e ECTs, conduzidas em sessões informais e pequenos grupos de contato *ad hoc*, não produziram avanços concretos. Os textos em discussão (documentos WIPO/GRTKF/IC/52/4 e /52/5) permanecem repletos de colchetes, o que no jargão das negociações multilaterais indica trechos ainda contestados sem acordo entre as partes. Ambos os documentos foram encaminhados sem alterações para a 53ª sessão do IGC.

A divisão fundamental entre os Estados-Membros permanece inalterada: países em desenvolvimento — incluindo o Grupo Africano, o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), os Países Afins (LMCs), além de Brasil, China, Colômbia, Egito, Índia, México e Nigéria —, juntamente com o Grupo de Trabalho Indígena, reiteram a demanda por um instrumento internacional juridicamente vinculante, com proteção *sui generis* (isto é, um sistema criado especificamente para essa realidade, que as patentes e direitos autorais tradicionais não contemplam), garantia de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e repartição equitativa de benefícios. Os países desenvolvidos, por sua vez, defendem instrumentos não vinculantes baseados em medidas de política nacional, sem a criação de novos direitos internacionais.

Durante as negociações, alguns países desenvolvidos adotaram postura que consistiu em formular perguntas esclarecedoras abertas em vez de apresentar propostas textuais concretas, o que gerou impasse processual e impediu qualquer avanço incremental na redução das divergências.

As discussões sobre Recursos Genéticos foram circunscritas ao mandato do IGC, com foco nas interseções com CT e ECTs. O ponto de maior relevância neste eixo foi o acompanhamento do processo de ratificação do Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (Tratado GRATK), adotado pela OMPI em maio de 2024. O tratado obriga os requerentes de patentes a divulgar a origem dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados utilizados em suas invenções, e entrará em vigor três meses após atingir 15 ratificações.

A Albânia anunciou formalmente sua adesão ao Tratado, tornando-se o terceiro país a ratificá-lo, após Malawi e Uganda. Países do GRULAC, China, Brasil e Egito solicitaram ao Secretariado a realização de atividades de qualificação, *workshops* e assistência jurídica para apoiar seus processos internos de ratificação. O Secretariado confirmou estar organizando diversas iniciativas em resposta.

O Centro Sul também manifestou disposição para prestar assistência técnica a países em desenvolvimento, ressaltando que a ratificação do GRATK deve ser integrada a uma abordagem mais ampla que inclua orientações aos escritórios de patentes, aplicação rigorosa dos critérios de patenteabilidade e legislação nacional de acesso e repartição de benefícios alinhada à Convenção sobre Diversidade Biológica e ao Protocolo de Nagoya.

Os Estados Unidos apresentaram proposta (WIPO/GRTKF/IC/52/6) para a realização de um questionário gerenciado pelo Secretariado, com o objetivo de mapear as experiências dos Estados-Membros na proteção interna de CT e ECTs. A iniciativa recebeu apoio do Grupo CEBS, da União Europeia, do Reino Unido, da Suíça, do Japão, da República da Coreia e do Canadá.

Em suas declarações finais, os países em desenvolvimento reafirmaram o compromisso com um instrumento juridicamente vinculante e expressaram preocupação com o tempo

consumido em sessões de compartilhamento de informações em detrimento das negociações substantivas. A China sugeriu a adoção de objetivos faseados, a identificação de questões prioritárias e o intercâmbio de experiências legislativas como caminhos para destravar o processo.

O GRULAC e o Brasil solicitaram que as Notas da Presidência, a serem publicadas em até quatro semanas, registrem com precisão as discussões informais e os pontos de divergência, a fim de evitar debates circulares na próxima sessão. A presidência confirmou a ausência de consenso textual e o encaminhamento dos dois projetos de artigos à 53ª sessão do IGC, que deverá ocorrer ainda no segundo semestre de 2026.

4 de maio — Declaração do Centro Sul à Trigésima Sexta Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP).

O Centro Sul publicou sua declaração à 36.ª Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (CDIP/36), em Genebra. A Agenda de Desenvolvimento da OMPI completa 20 anos no próximo ano, mas sua promessa transformadora permanece não cumprida. Um pequeno número de Estados-Membros continua a bloquear o progresso rumo à simplificação do desenvolvimento nas atividades da OMPI e à operacionalização das flexibilidades do Acordo TRIPS. Atingir os ODS deve ser parte integrante do mandato da OMPI, com fundamento jurídico no Acordo ONU-OMPI.

Artigos de Pesquisa

30 de abril — Três Décadas de Engajamento Global: A Contribuição do Centro Sul para a Propriedade Intelectual e o Desenvolvimento.

Nirmalya Syam



Traçando suas origens até a Comissão Sul de 1990, o artigo examina o papel do Centro na formulação de políticas de propriedade intelectual (PI) para promover o desenvolvimento equitativo. Por meio de pesquisa rigorosa, defesa de direitos e assistência técnica, o Centro Sul apoiou negociações na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), influenciando marcos como a Agenda de Desenvolvimento da OMPI de 2007 e as prorrogações dos períodos de transição do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) para os países menos desenvolvidos.

Entre as principais contribuições, destacam-se a promoção da flexibilidade do Acordo TRIPS para saúde pública, biodiversidade e transferência de tecnologia, com publicações seminais sobre licenciamento compulsório, exame de patentes e proteção do conhecimento tradicional. Durante a pandemia de COVID-19, o Centro defendeu a concessão de isenções de propriedade intelectual para ampliar o acesso a vacinas e terapias.

Os impactos incluem o empoderamento de países do Sul Global para implementar estratégias de propriedade intelectual voltadas para o desenvolvimento e reformar as leis de patentes. Olhando para o futuro, o documento aborda os desafios da transformação digital, da

inteligência artificial (IA) e da governança de dados, defendendo o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e a atuação proativa para garantir estruturas de propriedade intelectual inclusivas. O Centro Sul-Sul continua sendo essencial para promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades globais.

30 de abril — Evidências de parcerias no setor farmacêutico cubano.

Graziela Ferrero Zucoloto



O artigo analisa os acordos de parceria farmacêutica de instituições cubanas, identificando diversas parcerias com empresas nacionais e estrangeiras que abrangem 17 países, com várias nações desenvolvidas figurando como beneficiárias de tecnologias cubanas, e com instituições cubanas atuando como principais detentoras e licenciadores de tecnologia na maioria dos acordos identificados. As constatações sugerem que o modelo farmacêutico estatal de Cuba gerou um setor ativo e inovador, com potenciais lições para outros países, incluindo o Brasil, que mantêm laboratórios farmacêuticos públicos.

Resumo de Política

1.º de maio — CETA Reino Unido-Índia: Patentes e Governança Internacional da Propriedade Intelectual.

Pratyush Nath Upreti e Virender Chandel



Este relatório de políticas situa as regras de direitos de propriedade intelectual (DPI) do Acordo Abrangente e Econômico de Comércio Reino Unido-Índia (CETA) em meio a concessões mútuas. Ele fornece uma visão geral sucinta do Capítulo de DPI, analisa as disposições específicas sobre patentes e contextualiza a propriedade intelectual no contexto mais amplo da governança internacional da propriedade intelectual.

A análise do Capítulo de DPI demonstra o objetivo das partes de estabelecer compromissos significativos em relação à proteção e à aplicação da propriedade intelectual, preservando, ao mesmo tempo, a flexibilidade regulatória em prioridades voltadas para o desenvolvimento e a saúde pública.

À medida que a Índia continua a se integrar à arquitetura do comércio global por meio de acordos bilaterais, o Capítulo de DPI do CETA servirá como um teste crucial para verificar se o espaço político estratégico pode ser preservado de forma significativa dentro das estruturas comerciais contemporâneas.